



O ministro de Minas e Energia, Rodolpho Tourinho (*segundo, da esquerda para a direita*), assegurou ontem aos senadores membros da Comissão de Infra-Estrutura que os consumidores prejudicados pelo blecaute do dia 11 de março serão indenizados pelas empresas distribuidoras de eletricidade. Segundo ele, já foram abertos processos administrativos para apurar as responsabilidades.

PÁGINA 4

Acordo entre partidos garante instalação de CPLs pelo Senado

PFL, que indicou seus representantes, e PMDB, que indicará hoje, dividem presidências e relatorias das comissões que investigarão Poder Judiciário e Sistema Financeiro. Bloco Oposição já escolheu integrantes

CAE



O plenário da comissão aprovou substitutivo do senador José Fogaça ao projeto de lei apresentado originalmente na Câmara dos Deputados

Projeto facilita repasse de verbas

Projeto permitindo o repasse de verbas federais para programas de alimentação escolar, livro didático e distribuição de leite para os estados, municípios e o DF, mesmo que estes estejam inadimplentes com o governo federal, foi aprovado na reunião de ontem da comissão.

PÁGINA 8

Os dois maiores partidos no Senado, PMDB e PFL, definiram ontem a questão do preenchimento dos cargos nas comissões parlamentares de inquérito do Judiciário e do Sistema Financeiro, anunciou o presidente Antonio Carlos Magalhães. Pelo acordo, o PMDB fica com a presidência da CPI do Judiciário e a

relatoria da CPI dos Bancos, enquanto ao PFL caberá relatar a primeira e presidir a segunda comissão.

O líder do PMDB, Jader Barbalho, deverá apresentar as indicações de seu partido hoje. O PFL e o Bloco Oposição já definiram os senadores que participarão das duas comissões de inquérito.

PÁGINA 3

CE quer ouvir ministro sobre o Fundef

A Comissão de Educação aprovou ontem convite ao ministro Paulo Renato Souza para vir prestar informações sobre o Fundef.

PÁGINA 4

CAS promove audiência com Seligman

A CAS prossegue hoje uma série de audiências públicas sobre os problemas brasileiros, ouvindo, às 9h, o secretário do Comunidade Solidária, Milton Seligman.

PÁGINA 2

Seligman fala na CAS sobre o Comunidade Solidária

Comissão de Assuntos Sociais dá seqüência à agenda de levantamento e debate dos principais problemas do país

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) realiza hoje, às 9 horas, uma audiência pública com o secretário-executivo do Programa Comunidade Solidária, Milton Seligman. A audiência faz parte da agenda de trabalho proposta pelo próprio presidente da CAS, senador Osmar Dias (PSDB-PR), e pelo senador Carlos Bezerra (PMDB-MT), cujo requerimento foi aprovado na reunião do dia 17 de março.

A agenda de trabalho, que abrange um prazo de 120 dias, prevê a realização de um levantamento dos principais problemas sociais do Brasil, análise de

suas causas e apresentação de sugestões para aperfeiçoamento das diferentes políticas setoriais. Para alcançar esses objetivos, a CAS está realizando reuniões com responsáveis pela condução das políticas sociais do governo.

Na primeira audiência pública, dia 24 do mês passado, a CAS ouviu o ministro de Política Fundiária, Raul Jungmann. Ele fez um balanço das ações do governo no âmbito da reforma agrária durante os últimos quatro anos e anunciou alguns dos projetos que espera ver implementados no segundo governo do presidente Fernando Henrique Cardoso.



Osmar Dias preside a CAS, que ouve hoje o secretário-executivo do Comunidade Solidária

CCJ examina normas para demissão de servidores

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) examina hoje, em reunião marcada para as 10h30, parecer do senador Francelino Pereira (PFL-MG) favorável ao projeto de iniciativa do Executivo que regula a perda de cargo público motivada por excesso de despesa. Pelo projeto, a exoneração dos servidores deverá ser precedida de ato normativo do chefe do executivo federal, estadual ou municipal especificando a economia de recursos decorrente da medida, os órgãos objeto da redução de pessoal, além de informações relativas às indenizações aos servidores.

A proposta de emenda constitucional que extingue os juízes classistas do trabalho volta hoje à pauta da CCJ. A comissão, presidida pelo senador José Agripino (PFL-RN), analisa ainda parecer do senador Jefferson Péres (PDT-AM) sobre emendas oferecidas ao projeto em plenário.

Também constam da pauta da



Francelino tem parecer favorável ao projeto sobre demissões no serviço público

comissão, entre outras matérias, duas emendas de plenário ao substitutivo a projeto de lei da Câmara que torna obrigatória a avaliação psicológica periódica dos integrantes das polícias e corpos de bombeiros militares e civis.

TV Senado entrevista ministro dos Transportes

O ministro dos Transportes, Eliseu Padilha, destacou a influência negativa exercida pelo chamado "Custo Brasil" no esforço de alcançar a meta de US\$ 11 bilhões de superávit na balança comercial, traçada pelo governo. O ministro é o convidado do programa Agenda Econômica, da TV Senado, que vai ao ar hoje, às 13h30 e 21h15. Eliseu Padilha disse que neste ano o ministério trabalha com um quarto do orçamento do ano passado.

"Vamos investir em conservação e sinalização. Com isso, o total de R\$ 1,2 bilhão de que dispomos deverá ser bem empregado", afirmou. No ano passado, os recursos do Ministério dos Transportes foram da ordem de R\$ 4,1 bilhões.



AGENDA

QUARTA-FEIRA, 7 DE ABRIL DE 1999

Antonio Carlos Magalhães
Presidente

- ▶ 11h - Inaugura as novas instalações da Biblioteca do Senado
- ▶ 15h - Recebe o líder espiritual Dalai Lama
- ▶ 15h30 - Preside sessão deliberativa ordinária do Senado
- ▶ 18h - Recebe o ministro de Estado da Agricultura e do Abastecimento, Francisco Sérgio Turra

PLENÁRIO

- ▶ 14h30 - Sessão deliberativa ordinária
Pauta: *PDL nº 44/99, que aprova a Programação Monetária relativa ao segundo trimestre de 1999; *PLC nº 61/97, que dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental; *Mensagem nº 71/99, submete à deliberação do Senado a escolha de Celso Luiz Nunes Amorim, para exercer a função de embaixador, chefe da delegação permanente do Brasil em Genebra; *Mensagem nº 72/99, submete à deliberação do Senado a escolha de Gelson Fonseca Júnior, para exercer a função de embaixador, chefe da missão do Brasil junto às Nações Unidas; *Mensagem nº 84/99, submete à deliberação do Senado a escolha de Sérgio Silva do Amaral, para exercer a função de embaixador do Brasil junto à Grã-Bretanha e Irlanda do Norte; e *Mensagem nº 86/99, que submete à deliberação do Senado a escolha de Paulo Tarso Flecha de Lima, para exercer função de embaixador do Brasil junto à República Italiana.

COMISSÕES

- ▶ 9h - Comissão de Assuntos Sociais
Pauta: Audiência pública com o secretário-executivo do Programa Comunidade Solidária, Milton Seligman. *Ala Senador Alexandre Costa - sala 9*
- ▶ 10h30 - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania
Pauta: Pauta: *PLC nº 9/99, que dispõe sobre as normas gerais para perda de cargo público por excesso de despesas; *PLC nº 11/97, que dispõe sobre a destinação do produto da alienação de terras devolutas da União; *PLC nº 21/97, que dispõe sobre norma geral de organização que torna obrigatória a avaliação psicológica periódica dos integrantes das polícias e corpos de bombeiros militares e civis; *PEC nº 63/95, que altera e revoga dispositivos da Constituição federal pertinentes à Justiça do Trabalho; *PDL nº 01/97, que susta os efeitos da aprovação da presidente da República à nota Conjuz/Minfra nº 0024/92, através da Exposição de Motivos nº 0019/92, do ministro de Estado da Infra-Estrutura, publicada em 24/3/92; *PDL nº 96/96, que dispõe sobre o julgamento das contas dos responsáveis por bens, dinheiros e valores públicos; *PLC nº 2/97, que dispõe sobre a obrigatoriedade de participação em curso de prevenção ao uso de drogas e álcool aos motoristas que, alcoolizados ou sob efeito de outra substância química, provoquem acidente de trânsito; *PLC nº 28/97, que dispõe sobre as transferências no Sistema Financeiro da Habitação - SFH; *PLC nº 43/97, que dispõe sobre a apreensão de semoventes nas rodovias e respectivas faixas de domínio; e *PLC nº 52/97, que regulamenta o inciso VI do art. 206 da Constituição federal, dispondo sobre a gestão democrática do ensino público. *Ala Senador Alexandre Costa - sala 5*

ESPECIAL

- ▶ 12h - Cultura ao Meio-Dia
Filme: *Titanic*, de James Cameron
Local: Auditório Petrônio Portella
- ▶ 14h30 - Seminário Visão Geral do Senado Federal, realizado pelo Instituto Legislativo Brasileiro, destinado aos servidores que acabam de ingressar na Casa.
Programa: Informática & Informação, Banco de Dados - Abordagem Geral
Palestrante: Regina Célia - Diretora do Prodasen
- ▶ 15h - Política de Treinamento: ILB - Missão, Programas e Metas
Palestrante: Dr. Mário Madeiros - Diretor-Executivo do ILB. *Ala Senador Nilo Coelho - sala 2*

PREVISÃO DA SEMANA

PLENÁRIO

- Quinta-feira (8.4.99)
- ▶ 14h30 - Sessão deliberativa ordinária
Pauta: *PDL nº 11/98, que aprova o texto do acordo sobre serviços aéreos, celebrado entre Brasil e Hungria, em Brasília, 3/4/97; *PDL nº 4/99, que aprova o texto do acordo comercial celebrado entre Brasil e Indonésia, em Brasília, 24/9/96; e *PDL nº 6/99, que aprova o texto do Convênio Interamericano sobre Permissão Internacional de Rádioamador, aprovado em Washington, em 8/7/95.
- Sexta-feira (9.4.99)
- ▶ 9h - Sessão não deliberativa

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (061) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães
1º Vice-Presidente: Geraldo Melo
2º Vice-Presidente: Ademir Andrade
1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
2º Secretário: Carlos Patrocínio
3º Secretário: Nabor Júnior
4º Secretário: Casildo Maldaner
Suplentes de Secretário: Eduardo Suplicy - Lúdio Coelho
Jonas Pinheiro - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Fernando Cesar Mesquita (061) 311-7115
Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios (061) 311-1070
Diretor do Jornal do Senado: Flávio de Mattos (061) 311-3336
Diretor da Agência Senado: José do Carmo Andrade (061) 311-3327

Editor-Chefe: Djalba Lima
Editores: Marcos Magalhães, Sylvio Guedes, João Carlos Ferreira da Silva e Sylvio Costa
Diagramação: Sérgio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda

Revisão: Lindolfo Amaral, Maria das Graças Aureliano e Miqueas Dantas de Moraes
Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Adão Nascimento, Roosevelt Pinheiro, Waldemir Rodrigues, José Cruz e Jane Araújo

O noticiário do Jornal do Senado é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
15º e 16º andares
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

Sociedade pede investigação, enfatiza Paulo Souto

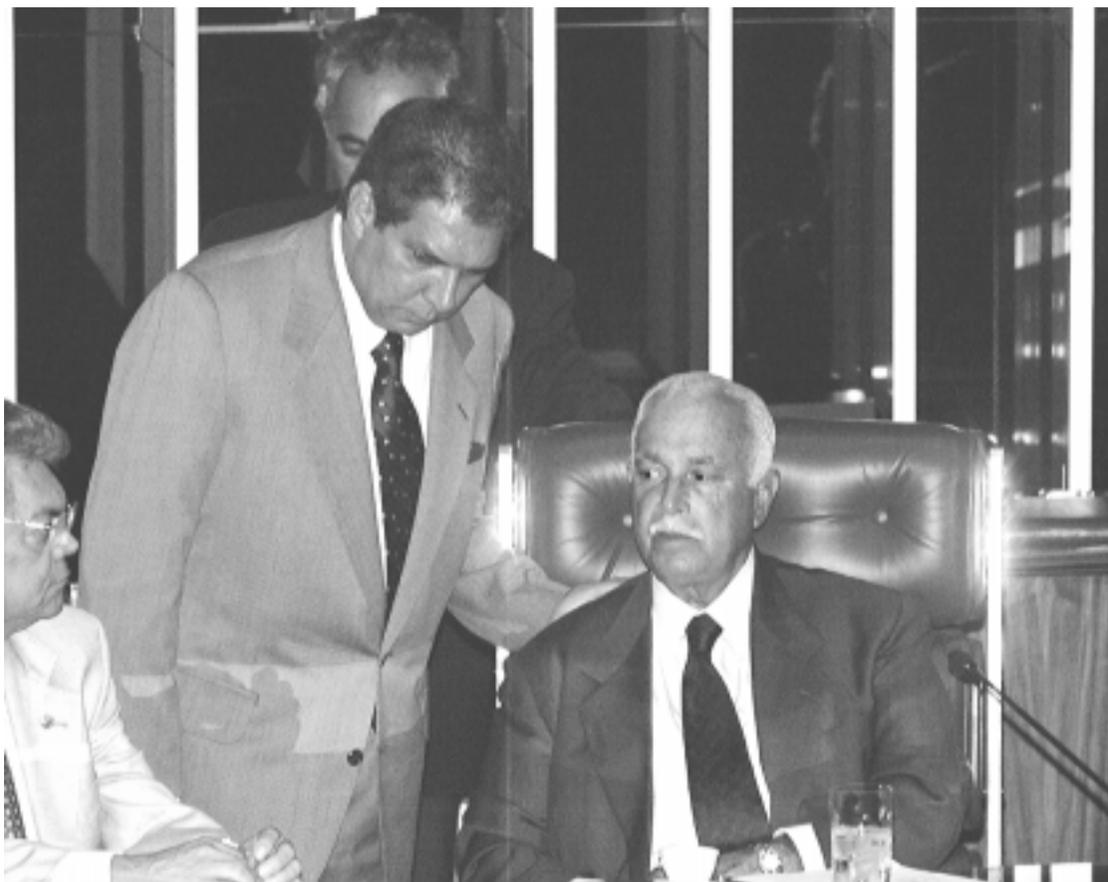
O senador Paulo Souto (PFL-BA) fez ontem pronunciamento em que considerou a CPI do Judiciário como "acertada e oportuna", diante dos números da pesquisa realizada pelo Instituto Vox Populi, na qual 87% da população aprova a sua instalação.

"O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, soube interpretar bem os anseios da população, que quer uma ampla reforma da Justiça no Brasil", enfatizou.

Paulo Souto citou outros dados da pesquisa: "Segundo 89% dos entrevistados, a Justiça é demorada, 43% a consideram parcial, 67% acham que funciona somente para os ricos e 59%, que ela não serve para os pobres. Essas manifestações espelham a vontade de reforma do Judiciário na sociedade, provando que o presidente do Senado se colocou ao lado da população, ao propor a CPI", disse.

Para o senador, opiniões como a do jurista Hélio Bicudo, que enviou carta a ACM afirmando que "o Brasil ficará lhe devendo mais esse serviço", são bastante eloquentes.

"Bicudo lembra que, desde 91, quando propôs uma emenda constitucional de reforma do Judiciário, ele tenta impulsionar um movimento para tornar a Justiça mais ágil e democrática. 'O que não se fez, passado tanto tempo, começa a se tornar realidade, graças a sua iniciativa', conclui o ex-deputado em sua carta", lembrou Paulo Souto. Em aparte, o senador Carlos Wilson (PSDB-PE) afirmou que "95% dos integrantes do Judiciário são corretos e justos", e portanto, assinalou, o Senado não quer criar um clima de confronto entre os três Poderes, mas apenas expor aqueles que divergem desses padrões. "Não acredito que juízes, se convocados, não venham depor na CPI. Quem não vier ficará mal diante da população", alertou.



Conforme os entendimentos firmados entre Jader (ao centro) e Antonio Carlos, o PMDB e o PFL dividirão entre si a presidência e a relatoria das CPIs do Judiciário e do Sistema Financeiro

Acordo entre PMDB e PFL garante instalação de CPIs

Segundo ACM, comissões que irão apurar irregularidades no Judiciário e no sistema financeiro funcionarão "simultaneamente"

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, anunciou ontem que o PMDB e o PFL chegaram a um acordo sobre o preenchimento dos principais cargos das duas comissões parlamentares de inquérito que estão sendo instaladas na Casa. O PMDB ficará com a presidência da CPI do Judiciário e a relatoria da CPI do Sistema Financeiro, cabendo ao PFL a relatoria da primeira comissão e a presidência da segunda.

Antonio Carlos encontrou-se com o líder do PMDB, Jader Barbalho (PA), que confirmou o apoio de sua bancada às duas CPIs, para as quais deve apresentar hoje as indicações do partido. Depois, participou de reunião da bancada do PFL que discutia o assunto, levando a informação de que todos os partidos indicariam re-

presentantes para as comissões.

Segundo o presidente do Senado, a CPI do Judiciário deve ser instalada até sexta-feira, e a do Sistema Financeiro, logo em seguida, de modo que as duas funcionarão "praticamente simultaneamente".

O senador recebeu cópia dos resultados de pesquisa do Instituto Vox Populi, encomendada pela Confederação Nacional do Transporte (CNT), dando conta do alto índice de aprovação popular à CPI do Judiciário. A realização da CPI era assunto conhecido de 40% dos entrevistados. Destes, 87% foram favoráveis à investigação; 89% consideram a Justiça brasileira demorada; e 59% acham que ela não funciona para os pobres.

As indicações do líder do PFL, senador Hugo Napoleão (PI), para

compor as CPIs são:

CPI do Judiciário – titulares: Paulo Souto (BA), José Agripino (RN) e Geraldo Althoff (SC). Suplentes: Moreira Mendes (RO) e Djalma Bessa (BA).

CPI do Sistema Financeiro – titulares: Romeu Tuma (SP), Bello Parga (MA) e Eduardo Siqueira Campos (TO). Suplentes: Juvêncio da Fonseca (MS) e Jonas Pinheiro (MT).

A líder do Bloco Oposição, senadora Marina Silva (PT-AC), indicou inicialmente os titulares. São eles:

CPI do Judiciário – Jefferson Pêres (PDT-AM) e José Eduardo Dutra (PT-SE).

CPI do Sistema Financeiro – Eduardo Suplicy (PT-SP) e Roberto Saturnino (PSB-RJ).

ACM espera explicações do BC sobre operações cambiais

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, evitou dar ontem uma opinião definitiva a respeito da polêmica envolvendo o ex-presidente do Banco Central Francisco Lopes, que autorizou a venda de dólares a R\$ 1,27 e R\$ 1,32 aos bancos Marka e FonteCindam pouco antes da liberação do câmbio, em janeiro últi-

mo. Essa operação foi relacionada pelo senador Jader Barbalho (PMDB-PA) como um dos fatos que justificam a CPI do Sistema Financeiro.

Antonio Carlos disse que prefere esperar "maiores explicações do BC" antes de emitir uma opinião. O senador limitou-se a dizer que a versão apresentada por Lopes em en-

trevistas a jornais do Rio de Janeiro e de São Paulo "parece que não bate com a nota divulgada pela BM&F". O ex-presidente do BC afirmou que autorizou a venda de moeda estrangeira aos dois bancos atendendo a solicitação da BM&F (Bolsa de Mercadorias & Futuros). A instituição, por sua vez, negou ter feito tal pedido.

Marina quer comissão mista para o sistema financeiro

O Bloco Oposição, conforme sua líder, a senadora Marina Silva (PT-AC), continua buscando viabilizar uma CPI mista para investigar irregularidades no sistema financeiro.

Na sua opinião, se composta por deputados e senadores, essa CPI terá "alcance social do ponto de vista da moralização das instituições financeiras", pois a sociedade quer ver esclarecidas as operações de socorro a bancos promovidas pelo Banco Central com recursos públicos que são sistematicamente negados para outros setores da economia.

Marina informou que, na Câmara, o deputado Aloísio Mercadante e outros integrantes da bancada petista já recolheram mais de 200 assinaturas de apoio à instalação de uma CPI Mista do Sistema Financeiro.

No Senado, o bloco procura reunir as 27 assinaturas necessárias, afirmou ela.

Em aparte, o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) argumentou que novos fatos corroboram a necessidade de esclarecimento do socorro prestado pelo Banco Central ao Banco Marka.

Ele citou especialmente a entrevista em que o ex-presidente do BC Francisco Lopes teria afirmado que a operação firmada entre o Banco Central e aquela instituição resultou de uma solicitação feita pela Bolsa de Mercadorias & Futuros (BM&F). O depoimento contradiz o que disse, em outra entrevista, o presidente da BM&F, Manuel Félix Cintra, que assegurou não ter havido tal solicitação. Suplicy também defendeu que a CPI seja mista, "para que possa realizar trabalho mais eficaz".



Marina informou que mais de 200 deputados apóiam a CPI mista para o setor financeiro

Vítimas do blecaute deverão ser indenizadas

Ministro de Minas e Energia, Rodolpho Tourinho, revela, em audiência pública conjunta das comissões de Fiscalização e Controle e Infra-Estrutura, que empresas elétricas deverão cobrir prejuízos dos consumidores



A Comissão de Educação aprovou, também, requerimento de convocação do ministro Pimenta da Veiga para falar a política de radiodifusão com fins educativos

CE quer ouvir ministros sobre Fundef e educação

Reunida no início da noite de ontem, a Comissão de Educação aprovou requerimentos das senadoras Luzia Toledo (PSDB-ES) e Emília Fernandes (PDT-RS) solicitando o comparecimento do ministro da Educação e do Desporto, Paulo Renato Souza, para prestar informações sobre o Fundo de Valorização do Ensino Fundamental (Fundef) e sobre a política governamental para radiodifusão com fins exclusivamente educativos.

Também de autoria de Emília Fernandes, foi aprovado outro requerimento de convocação: o ministro

das Comunicações, Pimenta da Veiga, também foi convidado a prestar informações sobre a política de radiodifusão com fins educativos. Na mesma reunião, presidida pelo senador Freitas Neto (PLF-PI), a comissão aprovou requerimento do senador Pedro Simon (PMDB-RS) para criação da Subcomissão de Rádio e Televisão, destinada a debater a influência da programação sobre a educação infantil.

A comissão também aprovou projetos de decretos legislativos renovando a concessão outorgada a sete emissoras de rádio e TV.

Sessão vai homenagear Rui Barbosa

O Congresso Nacional fará sessão solene, em data a ser marcada, para homenagear Rui Barbosa pelos 150 de seu nascimento, que transcorre no dia 5 de novembro próximo. O plenário do Senado aprovou ontem requerimento com essa finalidade, encabeçado pelo senador Antonio Carlos Magalhães, presidente da Casa.

O plenário também aprovou requerimentos encabeçados pelos senadores José Roberto Arruda (PSDB-DF) e Luiz Estevão (PMDB-DF) para que a primeira hora da sessão do próximo dia 20 seja destinada a comemorar os 39 anos da inauguração de Brasília.

Plenário vota indicações de diplomatas

O plenário do Senado vota hoje indicações do presidente da República de novos embaixadores do Brasil no exterior, entre eles Paulo Tarso Flecha de Lima, atual embaixador em Washington, que vai representar o país na Itália.

O presidente Fernando Henrique Cardoso indicou ainda Sérgio Silva do Amaral para a função de embaixador junto à Grã-Bretanha e Irlanda do Norte, Celso Luiz Nunes Amorim para a chefia da delegação permanente do Brasil em Genebra e Gelson Fonseca Júnior para a chefia da missão na ONU.

O plenário discutirá ainda hoje projeto que estabelece a Política Nacional de Educação Ambiental, cumprindo determinação prevista na Constituição. A proposta torna obrigatória a educação ambiental em todos os níveis escolares.

Em audiência pública no Senado, o ministro de Minas e Energia, Rodolpho Tourinho, assegurou ontem que as concessionárias de serviços de distribuição de energia elétrica deverão indenizar os consumidores prejudicados pelo blecaute do dia 11 de março. O ministro recomendou à Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) que abra processos administrativos para apurar as responsabilidades e obrigar ao ressarcimento dos prejuízos.

A audiência com o ministro, diretores de empresas geradoras de energia e representantes dos consumidores foi convocada em conjunto pelas comissões de Serviços de Infra-Estrutura (CI) e de Fiscalização e Controle (CFC). Segundo o senador Romero Jucá (PSDB-RR), presidente da CFC, a audiência procurou discutir as causas do

blecaute, o papel da Aneel na melhoria do sistema energético brasileiro e avaliar os resultados do processo de privatização no setor. Já para a senadora Emília Fernandes (PDT-RS), presidente da CI, a audiência demonstra a importância de as comissões discutirem os problemas do país, e não apenas se limitarem à análise de projetos de lei. "É preciso dimensionar a situação atual da geração e distribuição de energia no Brasil", avaliou.

Em sua exposição, o ministro Rodolpho Tourinho destacou que o problema de falta de energia registrado em março tem suas causas na grande dependência brasileira da fonte hidroelétrica de energia. "Essas usinas minimizam custos, mas envolvem grandes distâncias dos centros de consumo, o que significa cuidados especiais

com relação à confiabilidade operativa", explicou o ministro.

Rodolpho Tourinho disse que o governo vem tomando medidas para que o problema não se repita, envolvendo a construção de usinas termoelétricas em grandes cidades, e a viabilização de novas hidroelétricas e linhas de transmissão de alta tensão. Além disso, o ministro de Minas e Energia entende ser fundamental a continuação do processo de privatização:

— Temos absoluta convicção que muito em breve teremos um setor elétrico mais moderno, mais seguro e que trará um excelente nível de satisfação aos consumidores — garantiu.

Até as 21h30 de ontem, prosseguia, com a interpelação de senadores, a audiência pública com o ministro e representantes de instituições ligadas ao setor elétrico.

CRE aprova nomes de novos embaixadores nos EUA e em Cuba

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), presidida pelo senador José Sarney (PMDB-AP), aprovou ontem os nomes indicados pelo presidente da República para ocuparem o cargo de embaixador do Brasil junto aos Estados Unidos da América e junto à República de Cuba e, cumulativamente, em Antígua e Barbuda.

Para comandar a embaixada brasileira nos Estados Unidos, foi aprovada a indicação do ministro Rubens Antônio Barbosa, que acaba de deixar a embaixada na Grã-Bretanha. Para a embaixada em Cuba, recebeu aprovação o assessor especial da Presidência da República, Luciano Martins de Almeida. As indicações serão submetidas ainda ao plenário do Senado.

O ministro Rubens Antônio Barbosa iniciou a carreira diplomática em 1962 e exerceu diversos cargos na hierarquia do Ministério das Relações Exteriores, inclusive o cargo de ministro interino das Relações Exteriores. No exterior, serviu em Londres como secretário, cônsul-adjunto, encarregado de negócios e embaixador, cargo que ocupou tam-



Rubens Antônio Barbosa(E) defendeu incremento do comércio com os Estados Unidos

bém no Uruguai.

Rubens Barbosa disse que os Estados Unidos são o maior parceiro comercial do Brasil e que, apesar de a economia americana estar experimentando um dinamismo inigualável em sua história, o Brasil não tem sabido aproveitar o momento para incrementar suas exportações. "O mercado americano é crucial para o aumento das exportações brasileiras", afirmou o ministro. Rubens Barbosa disse que pretende identificar melhor os nichos de mercado que interessem ao Brasil e incrementar a defesa dos interesses nacionais, notadamente na questão das restrições impostas a produtos brasileiros.

O assessor especial da Presidência da República e coordenador-geral do Grupo de Análise e Pesquisa

da Secretaria Geral da Presidência da República, Luciano Martins, não pertence à carreira diplomática e dedicou-se à vida acadêmica na área de relações internacionais e ciência política. Ele observou que o Brasil desfruta de grande prestígio junto ao povo cubano, que, por sua vez, espera muito do Brasil.

Luciano Martins disse que a orientação do governo brasileiro para a embaixada em Cuba é não abrir mão dos preceitos democráticos e não interferir nos negócios de outro país. Ele resumiu sua provável atuação em Cuba citando as palavras do papa João Paulo II quando visitou aquele país: "É preciso que Cuba se abra para o mundo e é preciso que o mundo se abra para Cuba".

Conclusão da Norte-Sul requer US\$ 140 mi da União, diz senador

Eduardo Siqueira Campos considera o projeto viável e prevê investimentos privados de US\$ 1,1 bilhão, além de empréstimo do Banco Mundial

Um programa de privatização, no qual o Tesouro Nacional garanta um investimento direto de US\$ 140 milhões, poderá ser o caminho para a conclusão da Ferrovia Norte-Sul, ligando Belém (PA) a Goiânia (GO) e beneficiando os estados de Goiás, Tocantins, Maranhão e Pará, numa distância de quase 2 mil quilômetros. A alternativa, que conta com o apoio do Banco Mundial, foi comunicada ao plenário pelo senador Eduardo Siqueira Campos (PFL-TO).

Segundo os estudos apoiados pelo Banco Mundial, a finalização da obra custará US\$ 1,6 bilhão. Desse total, empresas privadas entrariam com US\$ 1,1 bilhão e o Tesouro Nacional com US\$ 140 milhões, assumindo ainda um financiamento do Banco Mundial de US\$ 360 milhões para pagamento a longo prazo. Para o se-



Eduardo Siqueira Campos considera "inacreditável" a importância da ferrovia

nador, é pequena a participação do governo federal no empreendimento, ao se considerar que o projeto beneficiará uma área com mais de 50 milhões de hectares agricultáveis, os quais podem ser explorados imediatamente após o término da ferrovia.

O senador citou estudos do Ministério dos Transportes prevendo uma redução de até 30% no custo do transporte dos produtos agrícolas do Centro-Oeste e do Norte destinados ao mercado externo.

— É inacreditável a importância estratégica da Ferrovia Norte-Sul para o país. O Banco Mundial concluiu que a obra é totalmente viável e se dispõe a financiar uma parte de sua construção. Empresas privadas vêm demonstrando interesse em investir na ferrovia, desde que possam explorá-la por 30 anos — afirmou.

A reivindicação de Eduardo Siqueira Campos foi apoiada pelos senadores Mauro Miranda (PMDB-GO), Luiz Otávio (PPB-PA), Gilberto Mestrinho (PMDB-AM) e Leomar Quintanilha (PPB-TO).

Requião pede renúncia de Fernando Henrique

O senador Roberto Requião (PMDB-PR) pediu ontem a renúncia do presidente Fernando Henrique Cardoso, durante pronunciamento em que propôs a troca da conciliação pela crítica dura e consistente ao que ele chama de modelo de internacionalização da economia brasileira. Na opinião do parlamentar, esse modelo econômico reduz o Brasil à condição de estado associado, é da responsabilidade de Fernando Henrique e deve ser criticado por seus opositores.

— Ao invés de conciliar, que a oposição cumpra o seu papel de elevar a consciência do povo, mobilizá-lo em todas as suas instâncias, participar de todas as mobilizações e exercitar o dever filosófico, ético e patriótico de oposição no Brasil hoje. Fernando Henrique deve renunciar — argumentou o senador.

Requião iniciou seu discurso dizendo que, nos últimos dias, com a prestígio colossal da mídia, o governo tem espalhado que "o pior já passou". Ele admitiu que, até mesmo entre os que militam na esquerda, ouve-se que "a coisa já não está tão ruim assim" e recitam-se números sobre a queda da inflação e do dólar, e sobre a recuperação da confiança do mercado.

O que ninguém comenta, segundo o senador, é o quanto se



Roberto Requião criticou a internacionalização da economia brasileira

aprofundou a recessão, o quanto foi preciso deixar de produzir e o quanto aumentaram os desempregados do país. Referindo-se ao sacrifício que está custando essa recuperação econômica, o parlamentar afirma que a imprensa não perguntou nem quis saber, enquanto os integrantes da oposição, talvez temerosos de serem isolados como radicais, também não agiram com decisão para desmascarar o que ele chama de farsa.

— Que me perdoem os companheiros, mas às vezes sinto entre nós pouca disposição para o confronto. E não vejo outra saída que não o confronto. Ou vamos a ele, ou seremos todos engolidos, ultrapassados e esmagados pelo correr dos fatos.

Na opinião de Roberto Requião,

o Brasil já perdeu muito tempo. "São quase cinco anos de insistência em uma direção que lança o Brasil e os brasileiros à destruição", afirmou ele. O parlamentar condenou as políticas compensatórias e as campanhas do tipo "Natal sem fome" para resolver essa crise. "Se não há saúde, moradia, comida, escola, segurança e dignidade, vamos nós repetir os chás de caridade?", questionou Requião, pedindo o fim do modelo econômico que, segundo ele, desnacionaliza, desindustrializa, desemprega e se curva cordato à especulação, ao FMI e à banca internacional. "Destrua-se o modelo que se volta inteira e exclusivamente às multinacionais", propôs ele.

Em aparte, o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) disse que esse apelo à renúncia do presidente "mais e mais vai se tornar uma palavra de peso". Roberto Saturnino (PSB-RJ) concordou com a cobrança para que a oposição assumira um tom mais vigoroso na crítica ao modelo econômico. "Há uma indignação do povo brasileiro e é preciso que isso se reflita também nessa Casa", disse ele. A senadora Heloísa Helena (PT-AL) estranhou que parlamentares da oposição e da situação façam críticas à política econômica e esse modelo continue a retratar a subserviência ao capital especulativo internacional.

Geraldo Cândido sugere reflexão sobre saúde dos brasileiros

O Dia Mundial da Saúde, comemorado em 7 de abril, serve também, conforme disse ontem o senador Geraldo Cândido (PT-RJ), "como um marco para abordarmos, detidamente, a situação dramática da saúde do povo brasileiro, mergulhado num processo de adoecimento crônico".

O lema escolhido pela Organização Mundial da Saúde para o Dia Mundial da Saúde-1999 é "Sigamos ativos para envelhecer bem", o que supõe, para aquele organismo da Organização das Nações Unidas, a redução das desigualdades sociais e da pobreza, raízes últimas do adoecimento crônico que vitima a maioria da população brasileira, afirmou o senador.

Além da desnutrição que, a cada 30 minutos, leva 20 crianças à morte, Geraldo Cândido obser-

vou que a atual explosão de epidemias que atinge duramente o país exige redistribuição de renda, reforma agrária e políticas nacionais de saneamento básico e saúde.

A dengue, citou o senador, demonstra "descaso e ausência de políticas preventivas para seu combate". Por outro lado, acrescentou, a hepatite B mata em um dia mais pessoas do que a Aids em um ano e a lepra também apresenta tendência de crescimento.



Geraldo Cândido critica ausência de prevenção

Suplicy propõe moção contra ataque da Otan à Iugoslávia

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) condenou ontem a decisão das forças da Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan) de bombardear a Iugoslávia para acabar com as injustiças que a população do Kosovo está sofrendo. "Não se pode caminhar em direção à paz por meio da violência e da guerra", lembrou. O senador propôs uma moção do Senado instando o governo a se manifestar contrário às ações da Otan.

Suplicy cobrou da Mesa a votação de um requerimento do senador Lauro Campos (PT-DF) que pede a convocação do ministro das Relações Exteriores, Luiz Felipe Lampreia, para explicar a mudança na posição do Brasil que, num primeiro momento, foi favorável às tentativas de negociação nos Balcãs e depois acabou votando

com os Estados Unidos no Conselho de Segurança da ONU e aprovando o uso das forças da Otan.

Em resposta a Suplicy, o senador Ademir Andrade (PSB-PA), no exercício da presidência, explicou caber ao presidente da Casa, senador Antonio Carlos Magalhães, a decisão regimental de incluir projetos e demais matérias na pauta. "Insistirei junto a ele para colocar, com urgência, o requerimento em votação", afirmou Ademir.



Eduardo Suplicy quer debate com ministro Lampreia

Mozarildo defende extinção da Funai em entrevista à TV

O senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) defendeu a extinção da Fundação Nacional do Índio (Funai) em entrevista à TV Senado que irá ao ar hoje, às 9h30, 12h30, 18h30 e 20h30.

Para o parlamentar, a instituição não atende às necessidades das comunidades indígenas e poderia ser extinta ou transformada numa secretaria do Ministério da Justiça ou, ainda, ser incorporada pelo Ibama.

Segundo o senador, quem cuida hoje da política indigenista no país são as organizações não-governamentais. "Elas são os braços dos organismos internacionais. Precisamos evitar que, na desculpa de atender aos índios, entreguemos a essas organizações as nossas riquezas", afirmou ele.

Mozarildo Cavalcanti quer também a definição de uma política de defesa nacional com maior presença das Forças Armadas na região amazônica. Ele destaca a importância da regulamentação da exploração mineral em terras indígenas, pois acredita que não é possível adotar uma "atitude hipócrita" em relação aos próprios índios, "como no caso dos Yanomami, que vivem miseravelmente em cima de uma reserva mineral".



Mozarildo quer maior presença militar na Amazônia

Biblioteca do Senado será reaberta hoje ao público

A Biblioteca Acadêmico Luiz Viana Filho, submetida a reforma desde o ano passado, terá solenidade de reabertura hoje, às 11h, conduzida pelo presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães. Com cerca de 3.250 metros quadrados, a biblioteca reabre oferecendo sala privativa para os senadores, um pequeno auditório, biblioteca digital e um espaço para advoga-

dos, consultores, assessores e diretores.

Foram ampliados em 80% os assentos do salão de leitura; em 30%, as estantes fixas para livros e periódicos; em 70% as estantes para jornais; e em 100% as estantes para coleções especiais e obras raras. O acervo é especializado em Ciências Sociais, com cerca de 60% das obras na área de Direito.

Távola quer doar imóvel a entidade do RJ

Projeto de lei do senador Artur da Távola (PSDB-RJ) autoriza o Instituto de Resseguros do Brasil (IRB) a doar, sem encargos financeiros, à Sociedade Civil de Amparo ao Menor "A Minha Casa" o imóvel denominado Sítio São Lourenço, com área de 29.600 metros quadrados e um prédio. De acordo com o projeto, o imóvel localiza-se na Estrada do Moinho nº 135, município de Campo Grande/RJ e deverá ser destinado exclusivamente ao abrigo e à educação de menores carentes.

Em sua justificativa, o senador explica que há cerca de 18 anos a Sociedade Civil de Amparo ao Menor "A Minha Casa", reconhecida de utilidade pública pelos governos federal e estadual, recebeu, mediante cessão por parte do IRB, este sítio, que era uma granja desativada, onde instalou-se e construiu várias edificações que hoje abrigam aproximadamente 72 menores carentes.

— Em novembro último, porém, recebeu do IRB carta "solicitando a desocupação total do imóvel e a sua devolução" — explicou.

Maguito Vilela homenageia Quinan e Saad

Em dois pronunciamentos distintos, o senador Maguito Vilela (PMDB-GO) prestou sua homenagem aos ex-senadores Onofre Quinan e José Saad, que o antecederam no Senado. Quinan faleceu em janeiro do ano passado, aos 71 anos, e foi substituído por Saad, que era seu primeiro suplente.

Maguito Vilela destacou a trajetória política e empresarial de Quinan. "Foi um homem aguerrido, idealista e leal na vida pública. Como empresário, foi notável, construindo, de um pequeno negócio, um gigante da nossa economia, que é a Onogás", disse. "Com sua esposa, deputada federal Lídia Quinan, formava um casal solidário, humano, que muito contribuiu com o estado de Goiás."

Quinan sempre entendeu que a atividade política transcende as organizações partidárias, contou Maguito. "Corajoso, durante o regime de ditadura, colocou em risco seus negócios e sua própria vida na defesa da democracia. Foi um dos ícones da resistência ao regime em Goiás", afirmou.

Sobre José Saad, o senador Maguito afirmou que ele "assumiu e honrou os goianos".

Reforma do Estado deve ter prioridade, diz Hartung

Senador defende alteração dos procedimentos de gestão pública para o país se adaptar às "novas condições econômicas do mundo"

O senador Paulo Hartung (PSDB-ES) destacou a importância que deve ter, na agenda estrutural brasileira, a reconstrução do Estado "de maneira a dotá-lo de funcionalidade nas novas condições econômicas do mundo e em ambiente democrático".

A reforma do Estado, para Hartung, é muito mais uma mudança de procedimentos do que de organograma. Ele enfatiza a questão do investimento público, que ficou "esquecido, perdido e confundido com gasto e custeio". O senador pondera que debater déficit público antes de investimento público é bem mais errado que colocar a carroça na frente dos bois.

Defendendo a necessidade de organizar adequadamente o investi-

mento da União, dos estados e municípios, ele elogiou o programa Brasil em Ação "como exemplo de que, priorizando projetos estratégicos e gerenciando o desembolso num plano superior ao cipoal burocrático da disputa por recursos em Brasília, é possível concretizar ações fundamentais como a conclusão da Ferronorte e o gasoduto Brasil/Bolívia, que não saía do papel há quarenta anos".

Mas, na sua opinião, "com a honrosa exceção do Brasil em Ação, o orçamento de investimento da União é disperso e sua execução



Para Hartung, investimento público foi "esquecido"

obedece a uma lógica política de baixa qualidade".

Para Hartung, o mecanismo de transferência voluntária da União para os estados e municípios e dos estados para os municípios também precisa ser repensado.

— Resquícios do sistema de fazer política do tempo do regime militar e símbolo do nosso federalismo capenga, os convênios irrigam de recursos públicos obras definidas e executadas sem sentido de prioridade ou responsabilidade — afirmou.

Jefferson propõe que Senado seja ouvido sobre mudança das tarifas de importação

O senador Jefferson Péres (PDT-AM) apresentou projeto de lei submetendo ao crivo do Senado as alterações de alíquotas do Imposto de Importação, exceto as decorrentes de acordos internacionais, como o Mercosul. O parlamentar disse que a proposta é compatível com a prerrogativa constitucional deferida ao Executivo de alterar as alíquotas alfandegárias.



Jefferson: Legislativo tem que controlar aumento de impostos

Ele defendeu a audiência do Senado na alteração dessas alíquotas com o argumento de que, dessa forma, o Legislativo estaria recuperando, no regime democrático, uma prerrogativa que está na própria origem da instituição legislativa — o controle da criação e do aumento dos tributos.

Pelo texto do projeto, a alteração das alíquotas de importação, para mais ou para me-

nos, será submetida pelo Executivo ao Senado, que a aprovará ou rejeitará dentro de 60 dias após sua publicação, sendo considerada aprovada se não houver deliberação nesse prazo.

O senador explicou que, com essa manifestação do Senado, a Casa não participaria da decisão sobre a alteração das alíquotas, mas a invalidaria se a julgasse inadequada para o país.

O que preocupa o parlamentar é que os aumentos de tarifas no Brasil favorecem justamente setores privilegiados, com forte poder de pressão sobre o governo.

Patrocínio faz apelo pela modernização urgente do sistema alfandegário do país

O senador Carlos Patrocínio (PFL-TO) apelou às autoridades fazendárias brasileiras para que promovam, com urgência, a modernização da alfândega no país.

Segundo ele, as despesas de armazenagem dos produtos exportados e importados que aguardam liberação da alfândega são mais um componente do "custo Brasil", somando-se ao transporte caro, aos serviços portuários onerosos e aos impostos em cascata.

Patrocínio citou pesquisa do Instituto de Estudos das Operações de Comércio Exterior para afirmar que o Brasil detém uma triste liderança mundial quanto à demora para de-

sembarço de mercadorias: a média geral de importação e exportação alcança 168 horas (sete dias), contra 24 horas na Argentina e apenas seis horas na União Européia, e a liberação da exportação leva, em média, 72 horas (três dias).

— Ora, três dias para desembaraçar exportação é um acinte para um país que tanto precisa de divisas — protestou.

O senador chamou a atenção para o programa da Agência das Nações



Carlos Patrocínio: tempo tomado no desembaraço de bens é "um acinte"

Unidas para o Comércio e o Desenvolvimento (Unctad), de reforma, modernização e automação de alfândegas, já aplicado com sucesso em 75 países.

— É um programa dirigido a países em desenvolvimento, que reduz o tempo de liberação alfandegária e reduz custos. A Unctad, há tempos, ofereceu esse programa ao Brasil, que, no entanto, ainda não se manifestou a respeito — lamentou o senador.

Seminário mostra como funciona o Senado Federal

No segundo dia do seminário Visão Geral do Senado Federal, que está sendo promovido pelo Instituto Legislativo Brasileiro (ILB) para os servidores que ingressaram recentemente na Casa, o diretor da Subsecretaria de Divulgação e Integração, Helival Rios, traçou ontem um panorama do complexo de comunicação social do Senado, que reúne TV, rádio, agência, jornal e a *home page* na Internet, que pode ser acessada pelo endereço <http://www.senado.gov.br/>.

Helival lembrou que somente a partir de 1995, quando o senador José Sarney (PMDB-AP) assumiu a presidência da Casa e convidou o jornalista Fernando Cesar Mesquita para ser o diretor da Secretaria de Comunicação Social, é que se iniciaram os trabalhos para que o Senado pudesse contar com esse complexo. Até então, a divulgação dos trabalhos da Casa resumia-se ao noticiário de 10 minutos na *A Voz do Brasil*, veiculado

via rádio, e aos *press-releases*. De acordo com o diretor de Divulgação e Integração, o complexo de comunicação do Senado, apesar de servir de modelo para outros países da América Latina e alguns estados brasileiros, ainda está em processo de aperfeiçoamento. O segundo palestrante foi o consultor-geral legislativo, Dirceu Teixeira de Matos. Ele explicou que as principais atividades da Consultoria Legislativa são de assessoramento na elaboração de relatórios sobre matérias em tramitação, minutas de proposições legislativas e discursos que serão apresentados pelos senadores no plenário do Senado ou do Congresso. Também presta consultoria através de notas técnicas, estudos, pesquisas e respostas a consultas.

O seminário Visão Geral do Senado Federal prossegue hoje, às 14h30, na sala 2 da Ala Senador Nilo Coelho, com a palestra do diretor da Subsecretaria de Pessoal, João Carlos Zoghbi, sobre direitos, deveres, vantagens e benefícios do servidor. Em seguida, falará o diretor executivo do ILB, Mário Medeiros.



A comunicação foi o tema tratado por Helival Rios

Souto quer mais atenção para 500 anos do Brasil

Senador baiano acha que o presidente Fernando Henrique deve falar em cadeia de rádio e TV para mobilizar a população brasileira em torno da comemoração do quinto centenário do descobrimento, ano que vem



Paulo Souto disse que a Bahia está se preparando há vários anos para a comemoração

O senador Paulo Souto (PFL-BA) fez um apelo ontem ao presidente Fernando Henrique Cardoso para se envolver, pessoalmente, com as comemorações dos 500 anos do descobrimento do Brasil. "Não existe, ainda, mobilização da população em torno da data. Acredito, porém, que um pronunciamento presidencial, em cadeia de rádio e TV, poderá despertar a atenção de nosso povo, sempre tão efusivo em relação a festividades."

Para Paulo Souto, a comissão criada pelo governo federal para tratar das atividades comemorativas nada divulgou sobre seus planos. "Estou sabendo que FHC teve, nesta terça-feira (*ontem*), uma reunião com ministros, justamente para pedir mais empenho e agilidade em relação às providências necessárias a uma comemoração condigna. Na verdade, o governo não tem dado a devida atenção à data e sua significação histórica e cultural para o país", frisou.

Paulo Souto lembrou que, na Bahia, onde o descobrimento ocorreu, o governo estadual, há muito, vem tomando medidas para incentivar o turismo e efetivar melhorias, visando às festividades da data, como a construção de aeroporto internacional em Porto Seguro, projetos de saneamento básico na região e, brevemente, a construção de um centro de convenções orçado em R\$ 150 milhões.

Segundo o senador pela Bahia, du-

rante seu mandato como governador do estado ele tentou, por vários anos, recuperar a área de Coroa Vermelha, onde foi rezada a Primeira Missa. "A Funai me impediu e hoje a região é uma favela que envergonhará os brasileiros, quando houver visitantes para relembrar sua importância histórica e cultural. A recuperação da área é indispensável e, cada vez mais, o prazo fica crítico, pois envolve até deslocamento de populações", afirmou Souto.

PROGRAMAÇÃO



TV SENADO

HOJE

6h55 — Senado em Pauta
7h — Saúde Todo Dia — Ginástica Natural
7h30 — Especial Unip — Linguagem Musical — 2ª parte
7h55 — Senado em Pauta
8h — Saúde Todo Dia — Bionança
8h30 — Jornal do Senado
8h55 — Senado em Pauta
9h — Cores do Brasil — Dendê da Bahia
9h30 — Entrevista — O senador Mozarildo Cavalcanti defende a extinção da Funai ou a transferência desse órgão para o Ministério da Justiça
9h55 — Senado em Pauta
10h — Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (ao vivo)
12h30 — Entrevista — O senador Mozarildo Cavalcanti defende a extinção da Funai ou a transferência desse órgão para o Ministério da Justiça
12h55 — Senado em Pauta
13h — Cores do Brasil — Diamantina
13h30 — Agenda Econômica — O ministro dos Transportes, Eliseu Padilha, comenta a influência negativa exercida pelo Custo Brasil no esforço de

alcançar a meta de superávit na balança comercial de 11 bilhões de dólares traçada pelo governo federal
14h30 — Sessão Plenária (ao vivo)
18h30 — Entrevista — O senador Mozarildo Cavalcanti defende a extinção da Funai ou a transferência desse órgão para o Ministério da Justiça
19h — Agenda Econômica — O ministro dos Transportes, Eliseu Padilha, comenta a influência negativa exercida pelo Custo Brasil no esforço de alcançar a meta de superávit na balança comercial de 11 bilhões de dólares traçada pelo governo federal
20h — Cores do Brasil — São Luís do Maranhão
20h30 — Entrevista — O senador Mozarildo Cavalcanti defende a extinção da Funai ou a transferência desse órgão para o Ministério da Justiça
21h — Jornal do Senado
21h15 — Agenda Econômica — O ministro dos Transportes, Eliseu Padilha, comenta a influência negativa exercida pelo Custo Brasil no esforço de alcançar a meta de superávit na balança comercial de 11 bilhões de dólares traçada pelo governo federal
21h55 — Senado em Pauta
22h — Sessão Plenária (representação)



Maguito cobrou do governo de Goiás apuração rápida

Maguito lamenta assassinato de prefeito

O senador Maguito Vilela (PMDB-GO) lamentou ontem o assassinato do prefeito Jaime Ferreira de Carvalho, de Buriti Alegre, município do sul de Goiás, ocorrido na segunda-feira. O prefeito, de 49 anos, foi assassinado dentro do próprio carro e à luz do dia.

Maguito explicou que Jaime Ferreira estava em sua segunda gestão como prefeito de Buriti Alegre e que não havia conseguido estabelecer uma convivência harmoniosa com a Câmara Municipal, "onde acumulava adversários e até inimigos, como informam vários testemunhos colhidos na cidade". O prefeito assassinado deixa viúva e cinco filhos:

— Quero render as minhas mais sinceras homenagens póstumas ao prefeito assassinado. Líder político idealista, de qualidades inquestionáveis, Jaime Ferreira deixa uma lacuna política enorme, especialmente em sua cidade e na região sul de Goiás. Como seu amigo pessoal, correligionário e senador da República, sinto profundamente a sua perda. Por isso, junto-me a sua família neste momento de dor, pedindo a Deus que olhe por sua alma e que ponha Sua mão sobre as autoridades goianas para que se faça justiça — afirmou Maguito.

Amorim aponta vício na privatização de empresa de eletricidade

O que a Constituição disciplina sobre licitação para a concessão de serviços públicos está sendo ignorado em acordos de compra de energia elétrica, como exemplificam contratos superfaturados em mais de 50% entre as Centrais Elétricas de Rondônia (Ceron), controlada da Eletrobrás, e a empresa Guascor do Brasil.

A afirmação é do senador Ernandes Amorim (PPB-RO), referindo-se ontem a contrato celebrado no ano passado, depois que a Aneel autorizou a Guascor a se estabelecer como produtora independente de energia em Rondônia.

Conforme Amorim, essa autorização foi dada sem que a Guascor possuísse um só equipamento, instalação ou usina para operar. "Na verdade, a empresa foi autorizada a operar como produtora independente com os equipamentos e instalações da Ceron, cedidos gratuitamente em comodato naquele contrato", sustentou o parlamentar. Em sua opinião, o setor elétrico encontrou uma "brecha" para não obedecer ao que determina a Constituição.

O senador informou que, depois de denunciada essa cessão gratuita, a Aneel tenta agora "legitimar a mutreta", autorizando a Ceron a desvincular os bens de seu acervo patrimonial para só então cedê-los

em regime de comodato à Guascor. Para Amorim, "a emenda ficou pior que o soneto porque a cessão de equipamentos é modalidade de privatização expressa na Lei 9.491 e só pode ser realizada mediante licitação".

Convencido de que a Aneel ignorou a lei, o parlamentar afirmou que, na resolução que autoriza a Guascor a se estabelecer como produtora independente, a agência não faz qualquer referência ao fato de que se trata de execução de serviço público, o que exige licitação. "A fraude não pára por aí", disse ele, acrescentando que a planilha de custos apresentada pela Guascor fixa 25% para o desgaste dos equipamentos e 11% de juros para a amortização do capital

neles imobilizado: — Ora, os equipamentos são da Ceron, foram cedidos gratuitamente à Guascor, e a controlada da Eletrobrás paga a título de juros e desgaste desses equipamentos 36% do valor da energia que compra da Guascor. Além disso, cede gratuitamente o combustível e o lubrificante — ironizou o senador.

"O cinismo chega a seus limites extremos", comentou ele, ao resumir o que, no seu entendimento, acontece com o setor elétrico em Rondônia.



Para Amorim, o cinismo chegou ao extremo no caso do contrato com a Guascor

COMO SINTONIZAR

TV SENADO

Informações de recepção de sinal para usuários de antena parabólica

- Satélite - B1
- Transponder - 1 BE (Banda Estendida)
- Polarização: Vertical
- Frequência RX (Banda - L) - 1505,75 hz
- Antena - 3,6 m LNB
- Receptor de Vídeo/Audio Digital NTSC MPEG2 DVB
- Symbol 3,2143MS-S
- SEC 3/4
- Fornecedor: COMSAT - Fone: (019) 772 9600

Informações para repetidoras e operadoras de TV a cabo

- NET BsB - canal 7
- SKYNET - canal 30
- DirecTV - canal 163

RÁDIO SENADO FM

Informações para usuários do sistema Rádio/Sat Digital

- Equipamentos necessários:
- Antena parabólica tipo TVRO (telada) de 2,85 m (mínimo) banda C
 - Receptor ABR 200, ComStream
 - LBN DRO ComStream
 - 60 metros (no máximo) de cabo coaxial RG-11, com conectores tipo F

Informações técnicas:

- Frequência de recepção: Banda L 1.465,600 Mhz
- Satélite: Brasilsat B2
- Polarização: Vertical (RX)
- Modo: Joint-Stereo
- Taxa: 128 Kbps-BPSK
- Programação ABR: CC,1,11465600,256000,0 FD 1,17,1,7

Projeto facilita repasse de recursos federais

Substitutivo de José Fogaça, acolhido pela CAE, estabelece que mesmo estados e municípios inadimplentes com a União poderão receber verbas destinadas a programas sociais

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou ontem substitutivo do senador José Fogaça (PMDB-RS) a projeto de lei da Câmara dos Deputados que permite a transferência de recursos federais destinados aos programas de alimentação escolar, livro didático e distribuição de leite para os estados, municípios e o Distrito Federal, mesmo que estes estejam inadimplentes com a União.

O texto aprovado pela comissão proíbe, porém, que os recursos sejam repassados para estados e

municípios caso tenham sido constatadas irregularidades na execução desses programas.

De acordo com José Fogaça, os recursos não serão repassados se ficar comprovado que os governos estaduais ou prefeituras desviaram verbas para aplicar em outras atividades não previstas no projeto, ou se for verificada irregularidade na administração ou prestação de contas das despesas realizadas com os programas escolares. O substitutivo ainda será votado pelo plenário.



Fogaça explica que não haverá repasse de recursos se constatada irregularidade na execução dos programas

Comissão aprova programação monetária do segundo trimestre

Outra matéria aprovada ontem pela CAE, presidida pelo senador Fernando Bezerra (PMDB-RN), foi o parecer do senador Bello Parga (PFL-MA) favorável à mensagem presidencial que dispõe sobre a programação monetária para o segundo trimestre deste ano (de abril a junho). Votaram contra o parecer os senadores Roberto Saturnino (PSB-RJ), Eduardo Suplicy (PT-SP) e José Eduardo Dutra (PT-SE).

De acordo com os dados do governo, em janeiro deste ano a execução financeira do Tesouro

apresentou resultado negativo de R\$ 1,7 bilhão, com as receitas atingindo R\$ 10,1 bilhões e as despesas, R\$ 11,8 bilhões. Na área externa, segundo as informações oficiais, o déficit em transações correntes totalizou, no primeiro bimestre, US\$ 3,5 bilhões, decorrentes de resultados negativos de US\$ 535 milhões na balança comercial e de US\$ 3,4 bilhões na conta de serviços. As reservas internacionais, que em 1998 atingiram US\$ 44,6 bilhões no conceito de liquidez interna-

cional, foram reduzidas, no final de fevereiro deste ano, para US\$ 35,5 bilhões.

Em seu parecer, Bello Parga observou que a evolução da economia dependerá dos resultados das reformas constitucionais em curso, bem como da acomodação dos fluxos internacionais de capitais, sobretudo após a mudança na política cambial. A programação monetária, acrescentou, está "afinada" com essas condições. O senador disse ainda que a política monetária poderá ser utilizada como instrumento para a retomada do crescimento eco-

nômico.

Um pedido de vista formulado pelo senador Luiz Otávio (PPB-PA) adiou a apreciação do parecer do senador Osmar Dias (PSDB-PR) favorável ao projeto de lei complementar de autoria do senador Luiz Estevão (PMDB-DF) que propõe alteração na Lei Camata quanto às transferências constitucionais para o Distrito Federal vinculadas à prestação de serviços públicos. Osmar Dias concordou com o adiamento para que os senadores possam examinar melhor a matéria.



Senadores Fernando Bezerra e Bello Parga ouvem a diretora-executiva do Prodasen, Regina Célia Borges

Programa Interlegis ligará 2.500 casas legislativas

O governo poderá contratar crédito externo de até US\$ 25 milhões junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) para financiar parcialmente o Programa Interlegis – Rede de Integração Legislativa, de acordo com mensagem presidencial que teve parecer favorável aprovado ontem pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). A comissão decidiu propor urgência para tramita-

ção da matéria, que deve ser votada pelo plenário amanhã.

O relator, senador Jonas Pinheiro (PFL-MT), disse que o programa Interlegis vai proporcionar a ligação, via Internet, de 2.500 casas legislativas em todo o país, e "será de grande valia para o desenvolvimento político da sociedade brasileira". De acordo com relato da diretora-executiva do Prodasen – o centro de processa-

mento de dados do Senado –, Regina Célia Borges, o programa vai proporcionar um alto nível de interação entre os legislativos, com a possibilidade de realização de teleconferências, plênários virtuais e treinamento à distância.

Além dessas vantagens, ela acrescentou que haverá economia de recursos com emissão de papéis, como os Diários do Congresso e do Senado, utilização de correios, telefones e faxes, pois os parlamentares poderão ter todas as informações sobre projetos e orçamento pela Internet. O acesso será aberto ao público em geral.

Existem no país 5.500 casas legislativas, com 70 mil parlamentares, segundo Regina Borges. Nos primeiros três anos, o programa integrará 2.500 legislativos.

Os senadores Ramez Tebet (PMDB-MS), Edison Lobão (PFL-MA), José Roberto Arruda (PSDB-DF) e José Fogaça (PMDB-RS) elogiaram o projeto, afirmando que se trata de um investimento na informação e na co-

municação, o que tornará as casas legislativas mais transparentes em suas atividades, programas e realização de convênios. Ao responder às perguntas do senador Eduardo Suplicy (PT-SP), a diretora do Prodasen informou que a dívida para com o BID será assumida pela União e o programa executado pelo Prodasen.

O presidente da CAE, senador Fernando Bezerra (PMDB-RN), disse que o projeto é importante e que as explicações dadas pela diretora do Prodasen foram valiosas. José Eduardo Dutra (PT-SE) também elogiou o projeto, afirmando que vai proporcionar agilidade de informações e fortalecer a democracia, mas foi quem solicitou mais explicações, para esclarecer quaisquer críticas que o programa venha a sofrer. O parecer favorável ao programa recebeu voto contrário somente do senador Lauro Campos (PT-DF), que tem por norma votar contra empréstimos externos na comissão e no plenário.

Álvaro propõe uso do FGTS para pagar curso superior

O estudante em dificuldades financeiras poderá utilizar o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) para o pagamento de mensalidades de curso universitário, de acordo com projeto do senador Álvaro Dias (PSDB-PR) apresentado ontem. Segundo a proposta, os encargos universitários de curso de graduação do trabalhador ou de seus dependentes poderão ser custeados com recursos do FGTS, desde que o trabalhador esteja inscrito no fundo por no mínimo três anos.

O projeto do senador paranaense também condiciona a liberação dos recursos ao bom desempenho acadêmico e à comprovação da insuficiência de recursos pelo beneficiário, entre outros requisitos. Segundo Álvaro Dias, a idéia é facilitar o acesso das camadas mais pobres da sociedade à formação universitária.

– A universidade continua elitizada. Cabe ao Legislativo esforçar-se para minimizar o drama de jovens trabalhadores que não têm acesso à universidade. Assim, milhares de pessoas ingressariam em universidades privadas, uma vez que a universidade pública é uma exceção à regra – argumentou o senador.

Álvaro Dias disse que é necessário criar alternativas para a utilização dos recursos do FGTS, pois considera insuficiente a atual destinação das verbas do fundo.

– O sistema habitacional se valeu de apenas 36% dos recursos disponíveis. Se o Estado não usa esse dinheiro que pertence ao trabalhador, devemos oferecer mais alternativas – finalizou.



Álvaro Dias defende novas alternativas para utilização do FGTS